



CONSELHO DE ENSINO PARA GRADUADOS

ATA DA REUNIÃO DO DIA NOVE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS

Ao nono dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, às 9h15, o Conselho de Ensino para Graduados reuniu-se em Sessão Ordinária, por videoconferência, sob a presidência Professora Denise Maria Guimarães Freire. Estavam presentes Sessão a Superintendente Acadêmica de Pesquisa, Ariane Cristina Roder Figueira, o Superintendente Acadêmico de Pós-graduação, José Luis Lopes da Silveira a Superintendente Administrativa Marília da Conceição Moraes Lopes; os Conselheiros Docentes representantes dos Centros Universitários: Alexandre Guedes Torres (CCMN), Adriana Santarosa Vivacqua (CCMN), Benjamin Rache Salles (CCMN), Claudia Moraes de Rezende (CCMN), Ethel Pinheiro Santana (CLA), Linduino Jose Pitombeira de Oliveira (CLA), Julie de Araujo Pires (CLA), Aniela Improta França (CLA), José Jairo Vieira (CFCH), Juliana Beatriz Almeida de Souza (CFCH), Milton Nunes Campos (CFCH), Fabio Neves Perácio de Freitas (CCJE), Fabricio Leal de Oliveira (CCJE), Joseph David Barroso Vasconcelos de Deus (CCJE), Liliane Magalhães Girardin Pimentel Furtado (CCJE), Kátia Vergetti Bloch (CCS), Cláudia Pinto Figueiredo (CCS), José Garcia Abreu Jr. (CCS), Celio Albano da Costa Neto (CT), Marcelo Gomes Miguez (CT), Paulo Henrique de Souza Picciani (CT), Verônica Maria Araújo Calado (CT). Os Conselheiros representantes do Fórum de Ciência e Cultura, Carlos Renato Rezende Ventura, Eliane Guedes, Cláudia Rodrigues Ferreira de Carvalho e Marina Bento Soares. Os representantes dos discentes: Natália Silva Trindade, Tarcísio Fontenele de Brito, Luana Bulcão, Paulo Henrique Marques Holanda, Roberto Guardatti Gambine Moreira. O representante dos Técnicos Administrativo, João Sergio dos Santos Assis. As representantes do Campus Duque de Caxias, Juliany Cola Fernandes Rodrigues e Luisa Andrea Ketzer. O Representante do Campus Macaé, João Luiz Mendes Wanderley e Michelle Frazão Muzitano. E o representante dos Antigos Alunos Marcos da Silva Neves e Doris de Oliveira Araujo Cruz. Iniciou-se com o **Expediente.1-** A presidente do CEPG Denise Freire prestou homenagem às instituições e associações representativas que atuaram na defesa da política de bolsas de pós-graduação, destacando a atuação da ANDIFES, da COPROP, da FOPROP e, em especial, da Associação de Pós-Graduandos da UFRJ (APG/UFRJ), cuja mobilização foi decisiva para a recomposição das bolsas de mestrado e doutorado da CAPES. **2-** O Conselheiro Roberto Guardatti solicitou a palavra para reforçar a importância da conquista e parabenizar a APG pelo engajamento. Relatou brevemente sua experiência pessoal ao ser informado de que não receberia a bolsa CAPES, expressando a angústia enfrentada por muitos pós-graduandos. Enfatizou, contudo, que a reversão do quadro e a promessa de pagamento das bolsas resultaram do esforço coletivo da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e da APG/UFRJ, que organizaram o movimento "Pague a Minha Bolsa", em articulação com entidades nacionais. **3-** Na sequência, o Conselheiro Renato Ventura fez uso da palavra para registrar que, nos dias 29 e 30 de novembro, ocorreram as comemorações alusivas ao Jubileu de 50 anos do Programa de Pós-Graduação em Zoologia, e que, no dia 15 do mesmo mês, seria realizada celebração

semelhante pelo Programa de Pós-Graduação em Botânica, ambos vinculados ao Museu Nacional. Relatou que as cerimônias contaram com palestras, eventos científicos e expressiva participação da comunidade acadêmica, destacando que o Programa de Zoologia manteve nota 6 na avaliação da CAPES e o Programa de Botânica obteve elevação para nota 5, resultado que, segundo o conselheiro, demonstra a resiliência e excelência acadêmica da instituição mesmo após o trágico incêndio que atingiu o Museu Nacional. Sem mais inscitos, passou-se a **Ordem do dia.2.1- Resolução sobre disciplinas estrangeiras. Relatora Ethel Pinheiro Santana.** A Conselheira Ethel Pinheiro iniciou sua exposição agradecendo o apoio da SGRI, em especial à Professora Jennifer Perlon, e destacou a relevância estratégica da Resolução para a sistematização das práticas de internacionalização na pós-graduação da UFRJ. Relatou que, até então, as ações relativas às disciplinas estrangeiras eram executadas de modo descentralizado e heterogêneo, sem regulamentação uniforme, o que gerava divergências de procedimentos entre programas e inviabilizava o controle institucional. **2.1.1-** A conselheira explicou que a proposta de Resolução visa criar parâmetros normativos claros para o reconhecimento, registro e equivalência das disciplinas cursadas em mobilidade internacional, atendendo às exigências da CAPES e alinhando-se às metas do Programa Institucional de Internacionalização (PrInt-UFRJ). **2.1.2-** Apontou, ainda, que a principal contribuição do texto reside na criação de um sistema padronizado de códigos RCS (Registro de Cursos SGRI), que identifica as disciplinas de internacionalização de acordo com critérios específicos. Cada RCS será composto por quatro letras e dois números, representando, respectivamente, a origem institucional e a carga horária da atividade. Essa padronização, afirmou, permitirá maior transparência e rastreabilidade das atividades de intercâmbio, evitando inconsistências e facilitando o controle acadêmico. Em seguida, apresentou as modificações incorporadas à versão final da minuta: Substituição da denominação "Sessão" por "Divisão" no §1º do artigo 1º e no artigo 2º, adequando a terminologia à estrutura organizacional da UFRJ; Inclusão de redação que explicita a vinculação das disciplinas estrangeiras à SGRI, assegurando uniformidade de gestão e evitando duplicidades; Ajuste técnico na redação do inciso referente à equivalência de créditos, estabelecendo que a carga horária mínima de 120 horas equivalerá ao código "12", enquanto 150 horas equivalerão a "15", garantindo proporcionalidade e coerência curricular. **2.1.3-** A conselheira frisou que o critério quantitativo de horas cursadas é o fator determinante para a validação das disciplinas estrangeiras, mais relevante do que a designação numérica do código. Informou, ainda, que eventuais especificações adicionais (como idioma de instrução ou natureza da atividade) poderão ser inseridas no histórico do discente, sem necessidade de alteração do código RCS. **2.1.4-** Após a exposição, o Conselheiro Renato Ventura parabenizou a relatora e questionou se, diante da natureza técnica da norma, seria conveniente elaborar uma Instrução Normativa complementar à Resolução, para detalhar procedimentos operacionais. A Conselheira Ethel Pinheiro respondeu que tal Instrução já estava em elaboração e que sua redação seguia estritamente as diretrizes da Resolução, permitindo sua imediata aplicação após aprovação pelo CEPG. **2.1.5-** A Conselheira Juliana Beatriz solicitou esclarecimentos sobre o §2º do artigo 1º, sugerindo substituir a expressão "em suas unidades" por "em unidades acadêmicas da UFRJ", a fim de evitar dubiedade interpretativa. Também questionou a redação do artigo 2º, inciso 2, propondo que a expressão "de uso exclusivo do programa" fosse substituída por "de responsabilidade de cada programa", evitando a interpretação restritiva quanto ao acesso de discentes externos. A relatora acatou parcialmente as sugestões, propondo conciliação na forma: "disciplinas de uso exclusivo do programa, podendo ser cursadas por discentes de outros PPGs da UFRJ, mediante anuência do coordenador". **2.1.6-** A Conselheira Ethel Pinheiro

agradeceu as observações apresentadas e explicou que a redação conciliatória buscava equilibrar a autonomia dos programas com a necessidade de controle centralizado pela SGRI. Enfatizou que os códigos RCS têm caráter institucional e abrangem toda a universidade, não devendo ser alocados exclusivamente a um Programa de Pós-Graduação específico. Segundo esclareceu, qualquer coordenador ou secretaria de PPG poderá acessar as disciplinas cadastradas no sistema, que permanecerão disponíveis na base da SGRI, conferindo transparência e agilidade aos processos de equivalência e validação. **2.1.7-** A conselheira detalhou, ainda, que a equivalência curricular será realizada com base na quantidade de horas cursadas e no conteúdo formativo, critério que harmoniza a Resolução com as normas da CAPES e com os dispositivos internos da UFRJ. Explicou que, no momento em que o coordenador selecionar um código RCS correspondente à atividade internacional, já estará implicitamente formalizando a equivalência. Esse mecanismo, destacou, elimina redundâncias e assegura tratamento uniforme a todos os discentes em mobilidade. **2.1.8-** A Conselheira Juliana Beatriz manifestou concordância com os ajustes propostos e acrescentou que a nova sistemática contribuirá para o fortalecimento do processo de internacionalização. Contudo, ponderou que, futuramente, poderá ser necessário revisar as combinações de códigos e cargas horárias, a fim de contemplar novas realidades de cursos e parcerias. A conselheira observou que, à medida que o número de disciplinas ofertadas em rede internacional se amplie, será preciso criar mecanismos adicionais de flexibilidade. Em resposta, a Conselheira Ethel Pinheiro reconheceu a pertinência da observação e afirmou que a Resolução prevê mecanismos de atualização periódica, mediante deliberação da PR2 e homologação pelo CEPG, o que permitirá adequações sem perda de consistência normativa. **2.1.9-** Em seguida, o Professor Amaury Fernandes, representante da SGRI, fez uso da palavra para apresentar considerações complementares sobre a origem da proposta. Iniciou saudando a Presidência, os conselheiros e a relatora, e relatou que a concepção dos códigos RCS surgiu de experiências bem-sucedidas em outras instâncias da universidade, especialmente na graduação. Recordou que, quando exerceu a Direção da Escola de Comunicação (ECO/UFRJ), identificou o baixo aproveitamento das disciplinas cursadas em mobilidade estudantil, em razão da ausência de códigos específicos para o lançamento no histórico acadêmico. Esse problema, afirmou, levava à perda de créditos de disciplinas efetivamente cursadas no exterior. **2.1.9.1-** Destacou que, na época, em conjunto com a Pró-Reitoria de Graduação (PR-1), foi criada uma pequena base de disciplinas genéricas para registrar essas atividades, o que resultou em aumento expressivo do aproveitamento acadêmico. Posteriormente, durante a participação no projeto Erasmus+, que visava aprimorar o reconhecimento de créditos entre universidades europeias e latino-americanas, a equipe identificou desafios semelhantes nas instituições da América do Sul. O Professor Amaury explicou que a nova Resolução se inspira nesses referenciais e busca institucionalizar um modelo próprio para a UFRJ, aplicável à pós-graduação, assegurando valorização da mobilidade internacional, inclusão dos servidores técnico-administrativos em ações formativas e fortalecimento da cultura de internacionalização. **2.1.10-** Enfatizou dois pontos principais: primeiro, a importância de qualificar o corpo social da UFRJ para os desafios contemporâneos, possibilitando que técnicos, docentes e discentes participem de experiências de intercâmbio; e, segundo, a necessidade de assegurar o aproveitamento integral das atividades realizadas no exterior, evitando a perda de capital humano e intelectual. Segundo Amaury, em diversos casos observados em universidades latino-americanas, até 100% das atividades desenvolvidas durante o intercâmbio não eram reconhecidas pelos sistemas locais de ensino, o que representava desperdício de esforços e recursos. Com a Resolução, a UFRJ passa a dispor de um instrumento administrativo robusto e tecnicamente validado, capaz de garantir a

equivalência formal dessas experiências acadêmicas. **2.1.11-** O professor encerrou sua intervenção destacando que o texto da Resolução é resultado de um processo colaborativo e interdisciplinar, fruto do diálogo entre o CEPG, a SGRI, a PR2 e as coordenações de programas. Ressaltou que se trata de um marco institucional, mas que, como todo processo inovador, exigirá acompanhamento e ajustes à medida que for implementado. Concluiu agradecendo à Professora Jennifer Perlon, à Conselheira Ethel Pinheiro, à Presidente Denise Freire e aos demais conselheiros pelo empenho e pela confiança depositada na proposta. **2.1.12-** A Presidente Denise Freire agradeceu as contribuições de Amaury Fernandes e reconheceu o valor estratégico da Resolução, classificando-a como “um marco para a internacionalização da pós-graduação da UFRJ”. Ressaltou que a medida consolida um esforço coletivo de longa data e que servirá de base para futuras iniciativas voltadas à inserção global da universidade. **2.1.13-** Em seguida, convidou novamente a relatora Ethel Pinheiro para registrar formalmente o parecer final, que reafirmou o entendimento favorável à aprovação da minuta, em consonância com as observações e adequações discutidas. A relatora reiterou que o documento havia sido amplamente debatido no âmbito do grupo de trabalho e aprovado por unanimidade em sua comissão. **2.1.14-** Após as manifestações, a Presidente colocou a Resolução de Disciplinas Estrangeiras em votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes. Passou-se à **2.2.-Relato de processos de reconhecimento de diploma. Relator Célio Albano da Costa Neto.** O Conselheiro iniciou saudando os presentes e registrando que o tema em pauta resultava de um procedimento instaurado pelo Ministério Público Federal (MPF), que determinara à UFRJ a revisão de 627 processos de reconhecimento de diplomas de mestrado e doutorado expedidos por universidades estrangeiras. Explicou que o procedimento envolvia o Ministério Público Federal do Rio de Janeiro, a Coordenação de Reconhecimento de Diplomas (CORDECOM), a Procuradoria Federal junto à UFRJ e a própria CLN, que atuava de forma articulada para garantir a observância das normas legais e da segurança jurídica nas deliberações. **2.2.1-** Relatou que, em 2020, a PR2, atendendo a recomendações do MPF e da Procuradoria, expediu carta circular aos 627 interessados, solicitando a apresentação de documentação comprobatória da realização efetiva dos cursos no exterior, incluindo histórico escolar completo, atas de defesa, diplomas, declarações institucionais e certidões de movimentos migratórios emitidas pela Polícia Federal. Dos 627 processos notificados, 459 responderam à solicitação, apresentando documentação complementar. Os demais 168 não apresentaram resposta até o prazo final estipulado, permanecendo sem comprovação da realização presencial dos cursos. **2.2.2-** O Conselheiro informou que 59 processos já haviam sido analisados e deliberados em reuniões anteriores do CEPG, restando ainda cerca de 400 em tramitação, e que a CLN organizara o trabalho em blocos temáticos, com base na origem das instituições e na natureza das inconsistências encontradas. Apresentou, então, o Parecer Técnico Único, elaborado pela CLN, que consolidava os critérios adotados para análise e julgamento dos processos, divididos em três grupos: 1. Processos analisados e já anulados pelo Ministério Público Federal e pela CLN; 2. Processos avaliados e anulados exclusivamente pela CLN, após reexame técnico; 3. Processos com análise simplificada, cujos elementos documentais permitiam a verificação direta do descumprimento dos critérios básicos de presencialidade, continuidade e não condensação dos cursos. **2.2.3-** O relator explicou que o critério central adotado pela Comissão se baseava na presencialidade regular e na duração contínua do curso, sendo consideradas irregulares as formações com períodos concentrados de atividades presenciais e longos intervalos de ausência de deslocamento internacional. Esclareceu que, para cada processo, a equipe técnica confrontou as datas de saída e entrada no país registradas na certidão de movimentos migratórios com as datas das disciplinas e defesas

indicadas nos históricos escolares. Quando identificada ausência de sobreposição temporal plausível, o reconhecimento era considerado inconsistente, ensejando recomendação de anulação. **2.2.4-** O Conselheiro Célio Albano prosseguiu com a leitura de amostragem dos processos do primeiro bloco, que compreendia seis casos de doutorado e mestrado na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal). Relatou, de forma sintética, que todos apresentavam discrepância entre os períodos declarados de matrícula e as datas efetivas de entrada e saída do Brasil, além de ausência das atas de defesa nos autos processuais. Ressaltou que, em alguns casos, as defesas ocorriam em datas coincidentes com períodos em que não havia registro de viagem internacional, inviabilizando a comprovação da presença do discente no exterior. **2.2.5-** Após detalhar o conteúdo dos seis processos, informou que tanto o MPF quanto a CLN haviam concluído pela anulação dos reconhecimentos, e submeteu o bloco à deliberação do plenário. A Presidente colocou em votação o conjunto de pareceres da CLN, que foram aprovados por unanimidade. Na sequência, o Conselheiro apresentou o segundo bloco, referente aos processos avaliados exclusivamente pela CLN e também encaminhados à anulação, por ausência de comprovação de presença e inconsistências documentais. A leitura abrangeu casos de mestrado e doutorado em universidades localizadas no Paraguai, Portugal e Chile, com predominância de instituições como Universidad Autónoma del Sur, Universidade Lusófona do Porto e Politécnico do Porto. **2.2.6-** Em sua explanação, destacou que a maioria desses processos apresentava ausência total de registros migratórios ou, quando existentes, eram incompatíveis com os períodos indicados nos históricos escolares. Informou que, em alguns casos, os interessados jamais haviam deixado o país durante o curso, conforme certidões da Polícia Federal. A CLN, portanto, concluiu que tais cursos não atendiam aos requisitos previstos na Resolução CNE/CES nº 1/2002, nem às normas internas da UFRJ, que exigem comprovação de frequência regular e integral às atividades presenciais no exterior. Durante a leitura, o Conselheiro Célio mencionou casos exemplares, detalhando que, em várias situações, as atas de defesa estavam ausentes e os diplomas apresentavam datas de emissão anteriores às supostas defesas, evidenciando irregularidade formal. **2.2.7-** O Conselheiro João Sérgio solicitou esclarecimento sobre um dos processos do bloco, observando que o relatório indicava uma saída sem correspondente entrada registrada. Questionou se não seria possível considerar a hipótese de entradas não registradas ou de trânsitos internacionais intermediários, como conexões em outros países. **2.2.7.1-** O Conselheiro Célio Albano esclareceu que as certidões de movimentos migratórios emitidas pela Polícia Federal contêm os registros oficiais de saída e entrada com as respectivas companhias aéreas, e que, em sua análise, foram cruzadas as rotas e os voos indicados. Quando havia lacunas nas datas ou rotas incompatíveis, optou-se por considerar o registro como insuficiente para comprovar a presencialidade exigida. **2.2.7.2-** O Conselheiro João Sérgio reconheceu o esforço técnico, mas alertou que tais lacunas poderiam ser exploradas em recursos administrativos. Afirmou que, embora concordasse com a anulação dos processos em bloco, recomendava redigir de forma mais robusta a justificativa dos critérios utilizados, a fim de reduzir eventuais contestações. **2.2.7.3-** O Conselheiro Célio Albano concordou com a ponderação e esclareceu que os interessados mantêm o direito de interpor recurso, apresentando documentação complementar, o que garantirá o contraditório e a ampla defesa. Destacou, contudo, que a aplicação uniforme dos três critérios presencialidade, continuidade e não condensação assegura a objetividade das decisões e preserva a coerência institucional. **2.2.8-** A Conselheira Ethel Pinheiro manifestou concordância com o entendimento da CLN, enfatizando a importância de adotar uma postura prudente e documentalmente fundamentada, considerando que a UFRJ responde judicialmente por cada ato de reconhecimento de diploma. **2.2.9-** A

240 Conselheira Cláudia Moraes também expressou apoio ao trabalho da Comissão,
241 destacando que o volume de processos e a diversidade de origens exigem alto grau de
242 padronização, e que o instrumento de recurso é o caminho adequado para casos
243 excepcionais. **2.2.10-** Após os esclarecimentos, a Presidente colocou em votação o
244 segundo bloco de pareceres, que foi aprovado por unanimidade. **2.2.11-** O Conselheiro
245 Célio Albano apresentou, então, o terceiro bloco, composto por processos com análise
246 simplificada, nos quais a CLN identificou inconsistências reiteradas e ausência de
247 elementos mínimos de comprovação. Explicou que, dada a similaridade dos casos, a
248 Comissão optou por elaborar um parecer único, aplicando os mesmos fundamentos a
249 todos os dossiês que se enquadravam no perfil. Reforçou que a medida foi recomendada
250 pela Procuradoria Federal junto à UFRJ e pelo MPF, como forma de agilizar a tramitação
251 e garantir a conclusão dos casos pendentes dentro do prazo estipulado, janeiro de 2023.
252 **2.2.12-** A Presidente agradeceu os esclarecimentos e submeteu o Parecer Único e o
253 terceiro bloco de processos à votação, sendo novamente aprovados por unanimidade.
254 **2.2.13-** Antes de encerrar o ponto de pauta, o Conselheiro Célio Albano solicitou
255 deliberação do colegiado quanto à restituição da prerrogativa da CLN de deliberar por
256 ofício, sem necessidade de submeter cada processo ao CEPG, ressaltando que casos
257 excepcionais permaneceriam sujeitos à apreciação plenária. Justificou o pedido com base
258 no volume remanescente de processos, cerca de 120, e na necessidade de dar celeridade
259 às análises, assegurando, ao mesmo tempo, o controle jurídico e a transparência
260 administrativa. **2.2.14-** A proposta foi acolhida pela Presidente Denise Freire, que
261 destacou a confiança do colegiado no trabalho técnico da CLN e reconheceu a importância
262 da medida para a conclusão tempestiva dos procedimentos. **2.2.15-** A solicitação foi
263 colocada em votação e aprovada por unanimidade, restabelecendo à CLN a competência
264 para deliberar de ofício sobre os processos de anulação de reconhecimento de diplomas,
265 observadas as normas vigentes. A Presidente registrou, em nome do Conselho, votos de
266 agradecimento ao Conselheiro Célio Albano, à servidora Marília Lopes e a todos os
267 integrantes da CLN, pelo trabalho minucioso e pela dedicação no cumprimento das
268 exigências do Ministério Público Federal. **2.3-** Na sequência, o Conselheiro Fábio Freitas
269 registrou que a Câmara Mista CEPG/CEG havia concluído a revisão do Relatório de 2019
270 relativo à COTAV (Comissão de Tabelas de Vagas), com adequações metodológicas e
271 atualização da carga padrão de orientações. Ressaltou que o novo documento contempla
272 as peculiaridades das unidades acadêmicas e propôs que o material fosse disponibilizado
273 previamente aos conselheiros, de modo que a apreciação conjunta pudesse ocorrer na
274 sessão subsequente. **2.3.1-** A Presidente concordou com a proposta, informando que o
275 relatório seria encaminhado à Presidência da Câmara Mista, sob responsabilidade da
276 professora Geórgia, para envio aos conselheiros. Solicitou ao Conselheiro Fábio Freitas e
277 à Conselheira Kátia Vergetti que mantivessem interlocução com a Presidência da Câmara
278 para assegurar que o documento chegasse a todos os membros em tempo hábil,
279 permitindo análise e eventuais contribuições. **2.3.2-** A Conselheira Kátia Vergetti
280 ressaltou a importância de que os novos conselheiros se familiarizem com o processo de
281 distribuição de vagas, especialmente no que tange às atualizações da metodologia e da
282 fórmula utilizada para o cálculo de cotas por unidade. Sugeriu que, antes da sessão
283 conjunta CEG-CEPG, fossem abertos canais para o envio de dúvidas e contribuições, de
284 forma a tornar a discussão mais produtiva. **2.3.3-** O Conselheiro Renato Ventura
285 complementou as observações, lembrando que o papel da Câmara Mista é justamente o
286 de garantir que o processo de distribuição de vagas ocorra de maneira equitativa e
287 representativa da realidade institucional. Destacou que a atualização do relatório e da
288 metodologia de cálculo representa avanço significativo na governança da pós-graduação,
289 contribuindo para o planejamento estratégico da universidade. Encaminhando para o

290 encerramento da sessão, a Presidente registrou votos de agradecimento aos conselheiros,
291 servidores e colaboradores do CEPG pelo trabalho realizado ao longo do ano de 2022.
292 Destacou o empenho coletivo em um período de intensas atividades normativas, de
293 recomposição de políticas acadêmicas e de enfrentamento dos desafios administrativos
294 da pós-graduação. Não havendo mais informes ou discussões, a Sessão foi encerrada às
295 11h44. Para constar, eu, Adriene Campelo do Amaral, Secretária do CEPG, lavrei a ata
296 que, após aprovação, será assinada pela Presidente da Sessão, Professora Denise Maria
297 Guimarães Freire, e por mim.

298

299 Adriene Campelo do Amaral
300 Secretária

Denise Maria Guimarães Freire
Presidente